



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria
Superintendência de Legislação.

LEI Nº 13.590, DE 17 DE JANEIRO DE 2000.

Revogado pela Lei nº 20.937, de 28-12-2020, Art. 28, I
- Vide Lei Complementar nº 160, de 29-12-2020, art. 11.
- Regulamentado pelo Decreto nº 5.760, de 21-05-2003.

Legenda :

Texto em Preto	Redação em vigor
Texto em Vermelho	Redação Revogada

~~—Transferido para a Secretaria de Indústria e Comércio pela Lei nº 13.782, de 3-1-2001.~~

~~Institui o Fundo de Fomento à Mineração e dá outras providências.~~

~~A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu sanciono a seguinte lei:~~

~~Art. 1º—Fica instituído o Fundo de Fomento à Mineração, vinculado à Secretaria de Estado da Infra-Estrutura.~~

~~Art. 2º—O Fundo de Fomento à Mineração tem por objetivo fomentar no Estado de Goiás as atividades de:~~

~~I—prospecção e pesquisa mineral;~~

~~II—aproveitamento das jazidas minerais goianas;~~

~~III—industrialização de bens minerais no território goiano;~~

~~IV—geração e difusão de tecnologias de prospecção, pesquisa, lavra, beneficiamento e industrialização de bens minerais;~~

~~V—financiamentos de projetos e empreendimentos de prospecção, pesquisa, lavra e industrialização de bens minerais;~~

~~VI—participação societária em empresas objetivando a alavancagem de empreendimentos de mineração.~~

~~§ 1º—Constituem objetivos adicionais do Fundo de Fomento à Mineração—FUNMINERAL:~~

~~—Redação dada pela Lei nº 15.241, de 15-07-2005—~~

~~§ 1º—Constituem objetivos adicionais do Fundo de Fomento à Mineração:~~

~~I—a identificação de problemas científicos, tecnológicos, econômicos, financeiros e gerenciais que possam estar impedindo ou atrasando a implantação de novos empreendimentos de aproveitamento dos recursos minerais do Estado e/ou ocasionando a diminuição da sua produção mineral;~~

~~II—organização do cadastro de recursos minerais do Estado;~~

~~III—disponibilização ao público interessado de informações básicas, estudos e levantamentos relativos aos recursos minerais;~~

~~IV—assistência técnica aos micro, pequenos e médios mineradores do Estado.~~

~~V—destinar recursos financeiros para o custeio das obras básicas de construção e implantação da Plataforma Logística de Goiás, em Anápolis, pertencente ao Pólo de Serviços Tecnológicos Avançados do Estado de Goiás, de que trata a Lei nº 13.919, de 04 de outubro de 2001, alterada pela Lei nº 14.425, de 12 de maio de 2003, repassando-os à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.~~

~~—Acrescido pela Lei nº 15.241, de 15-07-2005—~~

~~VI—prover recursos financeiros para a realização de programas e ações do Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento —PAI—, definidos como prioritários pelo Governador do Estado.~~

~~—Acrescido pela Lei nº 18.604, de 04-07-2014—~~

~~§ 2º—As atividades previstas nos incisos V e VI do “caput” deste artigo serão operacionalizadas através da Agência de Fomento de Goiás S/A em consonância com as decisões emanadas do Fundo de Fomento à Mineração.~~

~~§ 3º—Os recursos financeiros disponibilizados na forma prevista no inciso V do § 1º deste artigo destinam-se, na área da logística, à construção da Plataforma Logística de Goiás, em Anápolis, cujo terminal de transporte intermodal dará maior agilidade e eficiência, a baixo custo a movimentação de mercadorias e produtos em geral, com o incremento da produção goiana, proporcionando, ainda, facilidade no escoamento dos bens minerais extraídos ou produzidos no Estado.~~

~~—Acrescido pela Lei nº 15.241, de 15-07-2005—~~

~~Art. 3º—Constituem receitas do Fundo de Fomento à Mineração:~~

~~I—os recursos financeiros resultantes dos “royalties” que a Metais de Goiás S/A—METAGO tem direito de receber da SAMA—Mineração de Amianto Ltda. por força da Cláusula Sexta, Letra “E” e seus parágrafos do contrato assinado entre estas duas empresas em 01 de julho de 1965 e registrado no Cartório do 3º Ofício de Goiânia-GO, sob forma de escritura pública, nos termos do inciso I~~

do art. 4º desta lei;

~~II—os “royalties” que a Metais de Goiás S/A—METAGO tem direito de receber, ou que venha a ter no futuro, em razão da assinatura de contratos com outras empresas de mineração, relativamente a áreas com direitos minerários, nos termos do inciso II do art. 4º desta lei;~~

~~III—os recursos financeiros resultantes dos “royalties” provenientes da licitação de direitos minerários titulados à Metais de Goiás S/A—METAGO, nos termos desta lei;~~

~~IV—dividendos que venham a ser distribuídos ao Estado de Goiás pela Metais de Goiás S/A—METAGO até a conclusão da sua liquidação;~~

~~V—o saldo, se houver, da liquidação da Metais de Goiás S/A—METAGO;~~

~~VI—os recursos financeiros que cabem ao Estado de Goiás, arrecadados a título de compensação financeira pela exploração de recursos minerais, de que trata a Lei Federal nº 7.990, de 28 de dezembro de 1998;~~
~~—Revogado pela Lei nº 16.384, de 27-11-2008, art. 23, X.~~

~~VII—recursos orçamentários que lhe forem transferidos pelo Tesouro Estadual;~~

~~VIII—recursos não reembolsáveis provenientes da União, dos Municípios e de outras fontes;~~

~~IX—juros de recursos do fundo;~~
~~—Revogado pela Lei nº 19.505, de 21-11-2016, art. 3º, VI.~~

~~X—reversão de quantias aplicadas pelo fundo.~~

~~Art. 4º. Durante o processo de liquidação da Metais de Goiás S/A—METAGO e após o término do mesmo, os recursos financeiros resultantes de “royalties” previstos:~~
~~—Redação dada pela Lei nº 14.389, de 09-01-2003.~~

~~Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias no sentido de que, durante o processo de liquidação da Metais de Goiás S/A—METAGO, os recursos financeiros resultantes de “royalties” previstos:~~

~~I—na Cláusula Sexta, Letra “E” e seus parágrafos do contrato assinado entre esta empresa e a SAMA—Mineração de Amianto Ltda. em 01 de julho de 1965 e registrado no Cartório do 3º Ofício de Goiânia-GO, sob a forma de escritura pública, serão transferidos diretamente ao Fundo de Fomento à Mineração—FUNMINERAL;~~
~~—Redação dada pela Lei nº 14.389, de 09-01-2003.~~

~~I—na Cláusula Sexta, Letra “e” e seus parágrafos do contrato assinado entre esta empresa e a SAMA—Mineração de Amianto Ltda. em 01 de julho de 1965, registrado no Cartório do 3º Ofício de Goiânia-GO, sob a forma de escritura pública, sejam destinados ao Estado de Goiás na forma da Cláusula Décima Sexta do citado contrato;~~

~~II—nos contratos de associação assinados entre a Metais de Goiás S/A—METAGO e empresas de mineração, serão destinados ao Estado de Goiás;~~
~~—Redação dada pela Lei nº 14.389, de 09-01-2003.~~

~~II—nos contratos de associação assinados entre a Metais de Goiás S/A—METAGO e empresas de mineração sejam destinados ao Estado de Goiás.~~

~~Parágrafo único. Assim que os recursos financeiros resultantes dos “royalties” previstos no inciso II do “caput” deste artigo forem destinados ao Estado de Goiás, os mesmos passarão a constituir receita do Fundo de Fomento à Mineração, conforme estabelecido no inciso II do art. 3º desta Lei;~~
~~—Redação dada pela Lei nº 14.389, de 09-01-2003.~~

~~Parágrafo único. Assim que os recursos financeiros resultantes dos “royalties” previstos nos incisos do “caput” deste artigo forem destinados ao Estado de Goiás, os mesmos passarão a constituir receita do Fundo de Fomento à Mineração, conforme estabelecido nos incisos I e II do art. 3º desta lei.~~

~~Art. 5º. Durante o processo de liquidação da Metais de Goiás S/A—METAGO, os seus direitos minerários, relativos às áreas a ela tituladas, serão licitados, com os recursos financeiros arrecadados constituindo receita do Fundo de Fomento à Mineração;~~

~~Parágrafo único. do processo de licitação referido no “caput” deste artigo deverá resultar o compromisso contratual de pagamento de “royalties” ao Estado de Goiás, no caso da lavra de recursos minerais, com os recursos financeiros deles resultantes constituindo receita do Fundo de Fomento à Mineração.~~

~~Art. 6º. As operações de repasse de financiamentos dos recursos financeiros do Fundo de Fomento à Mineração serão realizadas pela Agência de Fomento de Goiás S/A;~~
~~—Redação dada pela Lei nº 19.505, de 21-11-2016, art. 1º, VI.~~

~~Art. 6º. Os recursos financeiros do fundo de Fomento à Mineração serão movimentados exclusivamente em contas especiais próprias, através de instituições financeiras oficiais, com as operações de repasse de financiamentos sendo realizadas pela Agência de Fomento de Goiás S/A.~~

~~Parágrafo único. O órgão gestor do Fundo encaminhará, trimestralmente, ao conhecimento da Assembléia Legislativa, planilhas demonstrativas sobre o fluxo e a aplicação dos recursos financeiros tratados neste artigo.~~

~~Art. 6º. A As receitas ordinárias classificadas como Fonte 100 serão registradas contabilmente no Tesouro Estadual;~~
~~—Redação dada pela Lei nº 20.195, de 06-07-2018.~~

~~Art. 6º. A O saldo financeiro do exercício apurado em balanço anual, relativamente ao Fundo de que trata esta Lei, será revertido ao Tesouro Estadual.~~

~~Art. 7º – aplicam-se à execução financeira do fundo de Fomento à mineração as normas gerais que regem a legislação orçamentária e financeira pública.~~

~~Art. 8º – O Fundo de Fomento à Mineração será fiscalizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, sem prejuízo do controle interno e de auditoria que o Poder Executivo adotar.~~

~~Art. 9º – Os bens adquiridos com recursos do Fundo de fomento à Mineração serão incorporados ao patrimônio do Estado.~~

~~Art. 10. A Superintendência de Geologia e Mineração da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio será a Secretaria Executiva do Fundo de Fomento à Mineração.~~

~~– Redação dada pela Lei nº 14.389, de 09-01-2003 –~~

~~Art. 10 – A Superintendência de Mineração da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura será a Secretaria Executiva do Fundo de Fomento à Mineração.~~

~~Parágrafo único. As despesas de custeio e manutenção da estrutura estadual de desenvolvimento mineral, inclusive despesas com pessoal, ficam limitadas a 20% (vinte por cento) do Fundo de Fomento à Mineração.~~

~~– Redação dada pela Lei nº 17.265, de 26-01-2011, art. 3º –~~

~~Parágrafo único. As despesas de custeio e manutenção da estrutura estadual de desenvolvimento mineral, inclusive despesas com pessoal, ficam limitadas a 50% (cinquenta por cento) do Fundo de Fomento à Mineração.~~

~~– Redação dada pela Lei nº 16.384, de 27-11-2008, art. 15 –~~

~~Parágrafo único. As despesas de custeio administrativo do Fundo de Fomento à Mineração serão de até 20% (vinte por cento) das suas receitas, conforme definido no seu Regulamento.~~

~~– Redação dada pela Lei nº 14.389, de 09-01-2003 –~~

~~Parágrafo único – As despesas de custeio administrativo do Fundo de Fomento à Mineração serão de até 10% (dez por cento) das suas receitas, conforme definido no seu regulamento.~~

~~Art. 11 – A gestão do Fundo de Fomento à Mineração será exercida pela Secretaria de Estado da Infra-Estrutura, competindo ao Chefe do Poder Executivo, através de regulamento, baixar as instruções normativas complementares quanto à operacionalidade e à organização administrativa, contábil, financeira e orçamentária.~~

~~Art. 12 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

~~– PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 17 de janeiro de 2000, 112º da República.~~

~~MARCONI FERREIRA PERILO JÚNIOR~~

~~Floriane Gomes da Silva Filho~~

~~Giuseppe Vecchi~~

~~Carlos Maranhão Gomes de Sá~~

~~Aleides Rodrigues Filho~~

~~(D.O. de 20-01-2000)~~

~~Este texto não substitui o publicado no D.O. de 20.01.2000.~~

Órgãos Relacionados	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás - ALEGO Poder Executivo Poder Legislativo Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços - SIC Tribunal de Contas do Estado de Goiás - TCE
---------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------